



Ministério de Minas e Energia
Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral
Departamento de Desenvolvimento Sustentável na Mineração
Esplanada dos Ministérios, Bloco “U”, 4º, sala 430
70065-900 – Brasília - DF
Telefone (61) 2032-5681

Ofício nº 002/2014-DDSM/SGM-MME

Brasília, 26 de fevereiro de 2014.

A Sua Senhoria o Senhor

NEY MARANHÃO

Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano

SEPN 505, Lote 2, Ed. Marie Prendi Cruz, 1º andar, sala 108

70730-542 - Brasília - DF

Assunto: justificativa do pedido de vistas referente ao Item 2.1 da pauta da XXX Reunião Ordinária do CNRH

Senhor Secretário,

1. Durante a realização da XXX Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, em 17 de dezembro de 2013, em Brasília-DF, foi apresentada aos Conselheiros a Proposta de Moção que “Recomenda ao Ministério de Minas e Energia, Conselho Nacional de Políticas Energéticas (CNPE) e à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) a realização de estudos que ofereçam maior conhecimento, tanto sobre as propriedades intrínsecas das jazidas e as condições de sua exploração, como sobre as consequências ambientais dessa atividade, antes de permitir a exploração do gás de xisto, garantindo assim segurança hídrica.”.

2. Conforme estabelecido no art. 13, do Regimento Interno do CNRH, aprovado pela Portaria MMA nº 437 (versão atual do Regimento Interno do CNRH), de 8 de novembro de 2013, o representante do Ministério de Minas e Energia solicitou pedido de vista com base nas seguintes justificativas:

- a. Aspectos Legais: a recomendação para que o MME, o CNPE e a ANP, que tem por base a Portaria MMA nº 437, de 8 de novembro de 2013, que aprova o Regimento Interno do CNRH, em seu inciso II, do art. 9º, admite que a manifestação do Conselho por meio de “moção – quando se tratar de manifestação, dirigida a quaisquer órgãos e entidades, públicos ou privados, em caráter de alerta, recomendação ou solicitação de interesse da Política Nacional de Recursos Hídricos e do SINGREH”. Apesar de previsto em Portaria do MMA, tal Moção mostra-se inapropriada por estar indiretamente sendo dirigida à Presidência da República. O CNPE, que tem como atribuição propor ao Presidente da República políticas nacionais e medidas específicas sobre questões de minas e energia, tem suas proposições aprovadas pelo Presidente da República. Dessa forma, pode-se afirmar que tal Moção tem por alvo o chefe do Poder Executivo, uma vez que o CNPE somente poderá atender ao solicitado no caso de

concordância do Presidente da República. Da mesma forma, o MME, que tem suas atribuições constantes dos arts. 25 e 27, inciso XVI, da Lei nº 10.683, tendo suas atribuições estabelecidas em Decreto nº 7.798, de 12 de setembro de 2012, também cumpre as determinações emanadas pelo chefe do Poder Executivo. O mesmo raciocínio pode ser aplicado à ANP, que integra a Administração Federal Indireta, é vinculada ao MME e tem por atribuição implementar a política nacional de petróleo, gás natural e biocombustíveis que sejam propostas pelo CNPE e aprovadas pelo Presidente da República. Pode-se concluir que o MME e ANP implementam as políticas sugeridas pelo CNPE e aprovadas pela Presidência da República. Assim, o MMA, que tem assento no CNPE, poderia utilizar essa posição para fazer a citada Recomendação no âmbito daquele Conselho, contribuindo para uma atuação harmônica entre órgãos do Poder Executivo, e sem gerar constrangimento com a Presidência da República.

- b. Alcance dos Contratos de E&P: as regras vigentes para a contratação da atividade de exploração e produção de petróleo e gás natural no Brasil, que constam das Leis nº 9.478 (concessão), de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351 (partilha), de 22 de dezembro de 2010, permitem ao contratado a produção de hidrocarbonetos que sejam descobertos no prisma vertical relativo à área concedida ou contratada. Dessa forma, as jazidas de petróleo e gás natural que venham a ser descobertas nessas áreas, serão viáveis a depender de sua comercialidade e avaliação técnica ambiental, tendo o seu projeto de desenvolvimento da produção submetido à ANP e aos órgãos ambientais licenciadores. Vale lembrar que o MMA, que tem assento no CNPE e, conforme estabelecido na Resolução nº 8, de 2003, desse Conselho, se pronuncia em manifestação conjunta com a ANP sobre a seleção para a oferta de áreas nas rodadas de licitações da ANP, excluindo áreas inviáveis sob o ponto de vista ambiental.
- c. Moção: a “Recomendação” proposta pelo CNRH exige a realização de estudos sobre as jazidas e consequências ambientais sobre os recursos hídricos antes de se permitir a exploração do gás não convencional. Nesse sentido, a 12ª Rodada, que foi autorizada pela Resolução CNPE nº 6, de 25 de junho de 2013, foi composta por blocos em bacias terrestres que foram analisados preliminarmente por órgãos ambientais estaduais responsáveis pelo licenciamento e ainda pelo Grupo de Trabalho Institucional de Atividades de Exploração e Produção de Óleo e Gás GTPEG, do MMA, conforme parecer nº 03/2013. Em seu parecer, o GTPEG conclui com indicações de recortes em blocos que apresentavam sobreposição com Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) e a sobreposição de blocos com áreas em estudo para a criação de unidades de conservação federais. Vale destacar que constam desse parecer as preocupações do Grupo com questões relativas aos métodos utilizados para a produção de hidrocarbonetos a partir de jazidas não convencionais. Ainda no Parecer do GTPEG, no primeiro parágrafo da página 51, consta a seguinte afirmação: “Observa-se a ausência de estudos ambientais preliminares e mesmo de conhecimento de importantes características geológicas das bacias sedimentares para as áreas ofertadas pela ANP. Com isto não é possível neste momento uma avaliação segura e um adequado planejamento para execução das atividades.” Tal situação caracteriza um impasse para a atividade de exploração e produção (E&P), pois somente com o avanço das atividades exploratórias com a participação de investimentos privados, segundo as regras em vigor, podemos ampliar o conhecimento geológico para atender aos requisitos ora pretendidos pelas entidades ambientais e ainda pelos representantes

governamentais do setor petróleo e gás. Visando maior controle sobre as futuras atividades de produção de recursos não convencionais com a utilização de métodos de fraturamento hidráulico e uso intensivo de água, a ANP está em fase de conclusão de resolução que busca disciplinar a atividade de desenvolvimento da produção a partir de jazidas não convencionais. Ademais, o Parecer Técnico nº 3/2013 do GTPEG, na página 55 contém a seguinte afirmação: “Na perspectiva do GTPEG, é fundamental que se utilize a fase exploratória dos blocos a serem adquiridos na 12ª Rodada de Licitações para entender adequadamente os modelos geológicos e as condições de segurança para realização do fraturamento hidráulico em larga escala em cada bacia sedimentar de modo a subsidiar a necessária avaliação dos riscos inerentes à atividade”. Tal afirmação deixa claro que a proposta da 12ª Rodada está perfeitamente alinhada com o parecer do GTPEG, em atendimento à exigência de “Manifestação Conjunta” prévia à rodada, conforme previsto na Resolução CNPE nº 8, de 2003.

- d. Licitação de Blocos: do ponto de vista da exploração, a 12ª Rodada tem grandes semelhanças com a 10ª Rodada, dado que ambas ofertaram somente áreas em terra com potencial para a descoberta de gás natural. Visando ampliar a oferta de gás natural no País, que notadamente necessita desse recurso energético para a geração termelétrica e ainda atendimento à indústria e uso doméstico, consta a exigência de que os poços perfurados para cumprimento do Programa Exploratório Mínimo tenham que atingir objetivos estratigráficos ou exploratórios mínimos, como por exemplo: a rocha geradora (tabela 16 do Edital). Consta ainda do Contrato de Concessão da 12ª Rodada a possibilidade de declaração de comercialidade de parte do bloco e manutenção da fase de exploração para o restante da área contratada, a depender de aprovação da ANP. O licenciamento ambiental das atividades de E&P segue rigor semelhante em qualquer dessas rodadas. Ademais, considerando a dinâmica dos projetos de E&P, o primeiro período da fase exploratória dos blocos ofertados na 12ª Rodada tem a duração mínima de 4 anos para as bacias de nova fronteira e 3 anos para as bacias maduras, pode-se afirmar que tal prazo contribui para que o aprimoramento das regras para essa atividade tenha a devida aplicação por ocasião do licenciamento dos projetos de desenvolvimento da produção, que poderão ocorrer ao final do período exploratório. A ANP, responsável pela regulação e fiscalização do setor, cobra dos concessionários o uso das melhores práticas da indústria petrolífera. Nesse sentido, a decisão do empreendedor pela perfuração de poços, revisão ou abandono depende de prévia análise e aprovação do projeto pela a Agência.
- e. Avaliação Ambiental de Área Sedimentar - AAAS: a Portaria MMA/MME nº 198, de 5 de abril de 2012, que institui a AAAS, divide a responsabilidade por tais estudos entre o MMA e o MME (art. 6º). No art. 27 dessa Portaria, consta a possibilidade de que os blocos a serem ofertados possam seguir as regras constantes da Resolução CNPE nº 8, de 2003, no sentido de validação da oferta a partir de manifestação favorável dos órgãos ambientais responsáveis pelo licenciamento, conforme diretriz do CNPE. Vale destacar que a AAAS tem caráter regional e será implantado de forma gradual, enquanto que a decisão sobre o uso de métodos de estímulo relativos à produção de jazidas não convencionais tem caráter de detalhe, que pode ser tratado no âmbito do licenciamento ambiental.

f. Fraturamento Hidráulico: cabe ressaltar que, de acordo com a OGP – *International Oil and Gas Producers Association*, desde 1940 o faturamento hidráulico, convencional ou não convencional, já foi utilizado em mais de dois milhões de poços, em escala mundial e também no Brasil, sem evidência de contaminação de reservatórios de água potável. As operações de fraturamento hidráulico em formações portadoras de petróleo e gás na bacia do Recôncavo são comuns desde o final de 1950. Cerca de 6.000 operações já foram realizadas em formações portadoras de petróleo e gás naquela bacia, destacando-se a intensa campanha de fraturamento hidráulico realizada pela Petrobras em poços dos campos de Candeias e Dom João, em 1959, sem nenhuma constatação de danos ambientais causados a aquíferos decorrentes dessas operações.

3. Por fim, pode-se concluir que a 12ª Rodada não implica qualquer precipitação no que se refere à exploração e produção de gás não convencional, em detrimento da preservação ambiental. Ao contrário, a oferta de blocos pela ANP, a partir das diretrizes emanadas do CNPE, tem o caráter estratégico de envolver a participação da indústria de petróleo e gás, buscando ampliar o conhecimento das bacias sedimentares nacionais com investimentos privados. Pela longa maturação dos projetos de E&P, associada ao rigor do licenciamento ambiental e à edição de novas regras pela ANP para o desenvolvimento de jazidas não convencionais de petróleo e gás natural, podemos afirmar que a proposta de Moção em análise mostra-se extemporânea, visto que o teor da recomendação está sendo trabalhado pelos órgãos competentes. A Moção, além de questionável, não contribui com a atuação harmoniosa de órgãos parceiros no âmbito do Poder Executivo, podendo ainda gerar constrangimento em instâncias superiores.

4. Considerando os argumentos acima mencionados, solicitamos que a Proposta de Moção, direcionada ao CNPE, MME e ANP, não seja aprovada pelo CNRH.

Atenciosamente,



LUIS MAURO GOMES FERREIRA
Coordenador-Geral